
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: ATUAÇÃO DO
PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL

VISUAL DISABLED STUDENTS: TEACHER'S PERFORMANCE IN
THE SOCIAL INCLUSION PROCESS

Noemi Pinheiro Xavier¹
Regina dos Santos Moura²

RESUMO

Em todos os lugares encontramos muitos desafios e, na escola, isso não deve passar despercebido, pois há a necessidade de um ambiente educacional em que todos que ali adentrem aprendam a conviver com as diferenças, para que as desigualdades sejam abrandadas. Este estudo teve como objetivo geral analisar a atuação do professor no processo de inclusão social de alunos com deficiência visual. Como objetivos específicos, buscou-se demonstrar uma experiência sobre inclusão social, real e vivenciada por um deficiente visual, apresentar o pensamento da literatura especializada sobre o tema e propor estratégias que possibilitem ao professor regente organizar um ambiente de aprendizagem com socialização adequada ao aluno com deficiência visual. A presente pesquisa consistiu em um estudo de revisão bibliográfica cuja amostra foi composta por artigos publicados nos últimos seis anos (2015-2020). Houve também uma entrevista de cunho exploratório que contribuiu para uma melhor compreensão do tema estudado. Contudo, é fundamental que as escolas estejam preparadas para auxiliar esses alunos, com recursos e propostas pedagógicas que sejam adaptadas a eles. É preciso que haja um forte empenho entre os professores e a família para que esses alunos possam obter um ensino de qualidade e que, aos poucos, a sociedade se torne realmente inclusiva.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Deficiência visual. Formação docente.

ABSTRACT

Everywhere we find many challenges, and at school, this must not go unnoticed, so there is a need for an educational environment in which everyone who enters there, learns to live with differences so that inequalities are thus mitigated. This study aimed to analyze the role of the teacher in the process of social inclusion of students with

¹ Mestre em Educação e professora da Faculdade Adventista Paranaense (Ivatuba – PR). E-mail: noemix1962@gmail.com.

² Graduada em Pedagogia pela Faculdade Adventista Paranaense (Ivatuba – PR). E-mail: regina.moura.xxe@gmail.com.

visual impairment. And as specific objectives, demonstrate an experience about social inclusion, real and experienced by a visually impaired person, present the thinking of the specialized literature on the subject and propose strategies that enable the conducting teacher to organize a learning environment with adequate socialization for the student with visual impairment. The present research consisted of a literature review study; whose sample was composed of articles published in the last six years (2015-2020). There was also an exploratory interview that contributes to better understanding of the topic studied. However, schools must be prepared to assist these students, with resources and pedagogical proposals that are adapted to them. There needs to be a strong commitment between teachers and the family so that these students can, in fact, obtain a quality education, and that gradually society becomes truly inclusive.

Keywords: Inclusive education. Visual impairment. Teacher training.

1 Introdução

Quando o assunto é educação, os temas são variados. Por isso, este trabalho aborda o tema da educação especial e, dentro desta, mais especificamente, a deficiência visual, com o intuito de entender como a atuação do professor se dá diante do processo de inclusão social do aluno deficiente visual e, conseqüentemente, de sua aprendizagem no ambiente escolar. Há uma grande maioria de alunos que são público-alvo da educação especial que não se sentem satisfeitos com o seu processo de ensino e em como são engajados na instituição escolar com os colegas de turma.

O tema sobre a atuação do professor no processo de inclusão social de alunos com deficiência visual foi escolhido devido a experiências reais vivenciadas dentro de uma escola pública. Na sala de aula onde foram feitas as observações que norteiam o presente estudo de caso, havia uma aluna com deficiência visual, a qual era acompanhada por uma segunda professora que lhe dava todo o suporte necessário para acompanhar as aulas e os trabalhos que lhe eram dados.

Com base no que foi observado, foi possível perceber quão pouco foi trabalhado com a aluna em sala pelo professor regente e pelo professor auxiliar sobre o adequado preparo de suas atividades, diante da necessidade de lidar com um ou mais alunos da educação especial. Percebeu-se, assim, o quanto a falta de um manejo adequado do processo de inclusão pode prejudicar a socialização das crianças com deficiência visual e sua interação com os demais alunos em sala de

aula, na realização dos trabalhos escolares, no seu acompanhamento, na hora do intervalo e nas suas amizades.

Em vista disso, esta pesquisa busca responder a algumas questões referentes ao problema observado: Quais são as formas de abordagem que o professor pode utilizar na escola com esses alunos? Como ele pode fazer para que haja a socialização adequada com os demais colegas de turma? Como organizar as atividades em classe de forma mais integrativa e colaborativa?

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a atuação do professor no processo de inclusão social de alunos com deficiência visual. E, como objetivos específicos, busca descrever as experiências vivenciadas por uma pessoa com deficiência visual e seu processo de inclusão social, bem como apresentar o pensamento da literatura especializada sobre o tema, de modo a propor estratégias que possibilitem ao professor regente organizar um ambiente de aprendizagem e de socialização adequados aos alunos com deficiência visual.

2 Metodologia

A presente pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica da literatura sobre a atuação do professor para a inclusão social de alunos com deficiência visual, conforme as publicações dos últimos seis anos. Ela conta também com um estudo de cunho exploratório, cujos dados foram obtidos através de entrevista, sendo a entrevistada uma pessoa portadora de deficiência visual que respondeu aos questionamentos feitos pelas entrevistadoras em relação a sua aprendizagem na escola.

De acordo com Bento (2012) considerando o conceito, a pesquisa bibliográfica é desenvolvida procurando analisar, sintetizar e interpretar um determinado tema a partir da seleção de trabalhos científicos prévios sobre o tema de pesquisa, no intuito de fundamentar e embasar um estudo. Já a pesquisa exploratória tem como propósito possibilitar experiências que transferem maior proximidade com o problema pesquisado (GIL, 2002).

As expressões definidas para busca da revisão bibliográfica foram selecionadas a partir das seguintes palavras-chave: *educação inclusiva*, *deficiência visual* e *formação docente*. A amostra se compõe de artigos e livros publicados nos

últimos 6 anos (2015-2020) sobre o tema pesquisado. Os artigos, disponibilizados em texto integral, foram recuperados das seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library* (SciELO), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Google Acadêmico e Google Livros.

Foram utilizados os seguintes filtros de pesquisa: *texto completo; recorte temporal de seis anos; idioma: português; assunto principal*. Alguns livros do Google Livros não foram encontrados na versão completa. Os artigos recuperados nas buscas foram analisados inicialmente mediante leitura dos títulos, seguida de leitura dos resumos e, finalmente, os textos selecionados nas etapas anteriores foram lidos na íntegra para completar o processo de seleção, compondo, então, os resultados apresentados aqui na forma de texto corrido.

A segunda parte da pesquisa foi a análise da história de vida do referido estudante portador de deficiência visual, para entender como ocorreu seu processo de inclusão e aprendizado na escola e como foi passar esse período, quais foram suas frustrações, conquistas e oportunidades de socialização. Na entrevista, para fins de privacidade, o entrevistado foi chamado de Bob, nome fictício adotado para preservar sua identidade.

3 Contexto histórico da deficiência visual

De acordo com Raimundo (2020), tempos atrás, as pessoas que apresentavam alguma deficiência eram afastadas não só das instituições escolares, mas de todo o contexto social. Porém, com as várias mudanças que ocorreram na educação e no ensino foi promovida, em diferenciados países, a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que ocorreu em 1948. Só então a sociedade procurou verificar, progressivamente, possibilidades escolares para os alunos que eram excluídos desse ambiente. Com essa circunstância, os indivíduos que tinham alguma doença permanente que os impossibilitava de realizar algo, sofriam inferioridade.

Os deficientes visuais por muito tempo foram sujeitos sem direitos na sociedade brasileira, principalmente quanto ao atendimento de suas necessidades especiais no âmbito da educação. Os deficientes visuais, pessoas cegas ou com baixa visão, estão em todos os lugares e presentes no nosso cotidiano, no entanto, sua inclusão dentro da sociedade nem sempre foi realizada, faltava compreender suas especificidades e buscar

meios para o atendimento de suas necessidades. (FERNANDES; SILVA; DANTAS, 2019, p. 1).

Em seu estudo, Bill (2017) explica que a cegueira é a situação em que a pessoa perde a visão totalmente e, nesse caso, ela só conseguirá perceber a luz que irradia sobre seus olhos. Há diferentes causas da perda da visão, entre elas: hereditariedade, acidentes e doenças. Nos países em desenvolvimento, as causas ainda podem ser por problemas nutricionais e por infecções nos olhos. Já nos países desenvolvidos, o que mais ocorre são as causas genéticas ou degenerativas.

Deficiência visual é o déficit visual ocorrido em ambos os olhos. É uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, mesmo após tratamento clínico, cirúrgico ou uso de óculos convencionais, com acuidade visual para distâncias de 20 por 200, ou seja, 10% no melhor olho após correção ou campo visual de até 20 graus, caracterizando a baixa visão, que deverá ser estimulada para poder utilizar o resíduo visual da melhor forma possível (BILL, 2017, p. 29).

3.1 Inclusão social do aluno com deficiência visual na literatura especializada

A inserção do Braille, no Brasil, iniciou-se na era da monarquia. Álvares de Azevedo, um moço que era cego, tinha retornado da França, onde desenvolveu a aprendizagem do Braille. Ao se apresentar a D. Pedro II, demonstrou seu interesse de criar, no Brasil, uma escola no mesmo formato que o Instituto dos jovens meninos cegos de Paris, pois esse estabelecimento poderia se tornar um diferencial para os estudos e cuidados de alunos deficientes visuais. Dessa maneira, o Braille acabou assumindo fundamental importância para a comunicação desses indivíduos (CARVALHO *et. al*, 2019).

O ensino tátil é considerado uma das formas mais importantes para se trabalhar com o aluno que têm deficiência visual. Usar objetos concretos fará com que ele mesmo consiga elaborar possibilidades de aprendizado e, com isso, aumente seu repertório (SOUZA, 2020).

Dionísio e Vectore descrevem que:

A deficiência visual priva a pessoa do mundo das imagens, sem as quais é necessário que outras rotas de compreensão do mundo sejam acessadas para que o desenvolvimento siga seu curso. Nesse sentido, o deficiente visual

necessita de estímulos táteis e auditivos para se desenvolver (DIONÍSIO; VECTORE, 2017, p. 2).

Com base nessa compreensão, Bill (2017) propõe que o estudante que não dispõe da visão ou que tem baixa visão deve aprender e conhecer o procedimento de diferença entre a palavra falada e a escrita no sistema Braille: para a leitura é necessário que os alunos utilizem as pontas dos dedos em forma de tato para desenvolver habilidades manuais. Desse modo, é fundamental que o professor ensine corretamente o Braille ao seu educando, mostrando que é preciso que ele utilize as duas mãos para que a leitura seja mais compreensível e dinâmica.

Dionísio e Vectore (2017) defendem, ainda, que o conhecimento da leitura e da escrita no código em Braille não deve se iniciar na escola, mas sim desde que a pessoa recebe seu diagnóstico ainda quando bebê, pois desde pequenos estão expostos a textos escritos em diversos locais. Antagonicamente, as autoras ressaltam que a criança deficiente visual, em alguns casos, só tem seu primeiro contato com o Braille na sua fase de alfabetização.

3.2 O que diz a legislação brasileira em relação ao aluno com deficiência visual

As leis mais importantes aprovadas em nosso país e que dizem respeito ao aluno com deficiência visual, encontradas na pesquisa sobre a legislação brasileira em relação ao discente com deficiência, são destacadas no quadro abaixo:

PORTARIA MEC nº 319/1999. Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial / SEESP, a Comissão Brasileira de Braille.

PORTARIA MEC nº 554/2000. Aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille (BRASIL, 1996).

LEI nº 11.126/2005. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

RESOLUÇÃO nº 4/2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial.

LEI nº 7.611/2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Considerando o tema proposto, verifica-se que o objetivo principal da legislação para educação especial é que, de alguma forma, o que está no papel possa ser praticado nas escolas, para a melhoria do ensino, para a integração das pessoas com deficiência na comunidade escolar e também para os avanços em seus estudos, assegurando, assim, a estas crianças, adolescentes, jovens e adultos possibilidades oferecidas pela unidade escolar, impedindo a segregação e o isolamento desses estudantes (DINIZ, 2017).

As propostas de escolarização destinadas a pessoas com deficiência se produzem articuladas a processos que caracterizam a oferta educacional de um país e a movimentos que expressam tendências mais amplas, delineadas pela produção de conhecimento, pela definição de políticas educacionais e pela ação dos organismos internacionais (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019, p. 2).

Esse procedimento oferece caminhos para a igualdade, com princípios que funcionam como anti-barreiras do fundamento da exclusão; também oferece enfrentamento de condutas de discriminação e prevê possibilidades de superação, para que as necessidades particulares de cada um possam ser atendidas de forma a abranger a todos, em geral. Assim, procura-se a anulação da logística da exclusão, com o objetivo de assegurar uma educação de qualidade para todos os educandos, em um ambiente comum e diversificado (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019).

De acordo com Neves, Rahme e Ferreira (2019) todos os recursos específicos se vinculam de forma a dar evidência a essa trajetória e, ainda mais, a proteger a autenticidade no suporte a essas pessoas. No entanto, a mobilização deste público-alvo e de seus familiares mostra pontos positivos e negativos a essa nova ordem, pois os governos começam intervenções, planejando infraestruturas adequadas ao ensino regular, porém demonstram sua falta de preparo e desconhecimento de como lidar com esses estudantes.

3.3 Formação docente especializada

Conforme Prais (2017), para que possa ocorrer uma organização adequada ao ensino de todos é preciso que diferentes métodos cheguem ao ambiente escolar, para que o trabalho docente seja reconsiderado dando, assim, um novo delineamento para

que ele possa refazer sua práxis educativa. O docente da sala de aula regular necessita antecipar e fornecer os significados dos conteúdos que ele pretende transmitir, para que haja sentido no estudo na perspectiva do aluno, bem como empregar métodos de instrução, processos diferenciados, incluindo procedimentos de avaliação apropriados aos que apresentam necessidades educativas especiais.

Os professores que trabalham em escolas inclusivas devem (ou deveriam) considerar o tempo de cada aluno. Também é necessário que eles tenham um conhecimento prévio de seus estudantes antes de aplicarem qualquer conteúdo. Nesse sistema de educação em que vivemos, a escola deve se adaptar ao que seus alunos precisam, valorizando, assim, cada ser humano como deve ser (OLIVA, 2016).

Por isso, para que realmente possa haver a inclusão é de extrema importância que o professor planeje como ele irá repassar o conhecimento, bem como aprenderá com as novas experiências que seus alunos poderão trazer à sua vida. Porém, compete a ele sempre buscar o aprendizado, para que esteja em constante melhoria em suas intervenções. Esse é realmente o processo que a educação deveria ter, e ser (CARBONELL, 2016).

Desse modo, para que o profissional de educação dê o suporte necessário ao processo educacional, ele deve ter a compreensão do que está ensinando, de modo a traçar objetivos que possam dar resultados ao final da atividade proposta, para que construa um ambiente de inclusão. Parte da formação docente necessita estruturar as circunstâncias de ingresso ao conhecimento, bem como a socialização entre os colegas da classe favorecendo, assim, que haja mais comunicabilidade, o que também é uma forma de aprender, de valorizar as diferenças e o bem-estar das necessidades educacionais dos discentes (PRAIS, 2017).

Carbonell (2016) argumenta que é fundamental respeitar o ritmo que cada aluno tem para compreender e se apropriar do conhecimento, em conformidade com as fases de seu aprendizado. Isso ocorre tanto a partir da ajuda da família como da instituição escolar onde ele está inserido.

É preciso, portanto, que haja um intenso trabalho entre os professores e a família, para que esses alunos possam obter um ensino de qualidade e que, aos poucos, a sociedade se torne, de fato, inclusiva. Há necessidade de que a educação se torne cada vez mais humana, e que a forma de pensar dos educadores seja

diferente para que eles estejam aptos a trabalhar com todo tipo de cultura e de experiências que cada aluno traz (OLIVA, 2016).

3.4 Inclusão social adequada no contexto escolar

Quando se fala de inclusão no contexto escolar é preciso refletir sobre alterações na didática dos educadores, bem como em suas orientações para o ensino e a construção do conhecimento, contexto que se apresenta desafiador. Na escola, isso não deve, de maneira alguma, passar despercebido. É necessário que haja compreensão do ambiente educacional para que todos que passem por ali aprendam a viver com as diferenças e abrandar as desigualdades. A inclusão também visa fortalecer as variadas aprendizagens que se encontram dentro da sala de aula, respeitando as circunstâncias da linguagem, da visão, do intelecto e da motricidade, enfim, fazendo com que cada um possa se sentir inserido nesse campo de socialização (SOUZA, 2020).

Oliva (2016) apresenta que o exemplo inclusivo de ensino tem como suporte a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em que os valores de igualdade, oportunidade e reconhecimento são destacados como direitos de todas as crianças, adolescentes e adultos, para que possam estar incluídos no conjunto da educação legal, mediante participação e aprendizado sem qualquer preconceito. Esses direitos foram determinados em lei para que todos os estudantes obtenham um ensino de qualidade, sem que haja discriminação de qualquer essência. Para tanto, o conjunto educativo precisa ser reconsiderado e as desigualdades devem ser debatidas por uma nova organização, na qual possa haver a entrada de todos na escola de ensino regular.

As instituições escolares não podem ser entendidas como autônomas em relação ao contexto social, de forma que mudanças em seu interior, isoladas de mudanças nas questões estruturais da sociedade de classes, não são o suficiente para a implantação de uma educação, de fato, inclusiva. Isso de forma alguma significa que a escola não pode mudar; seus atores são fundamentais no trabalho cotidiano de emancipação social (OLIVA, 2016, p. 2).

Carbonell (2016) admite que para que se possa compreender a inclusão é preciso entender como o indivíduo que se enquadra nesse grupo é tratado, de modo

que a sociedade possa aprender a conviver com todos, independentemente de suas diferenças. Para que o mundo seja de igualdade, mesmo cada um sendo diferente, é necessário que as pessoas se sintam livres para pensar e se expressar. A inclusão escolar é algo que nunca terá fim, portanto, se todos buscarem pelo mesmo significado no contexto da aprendizagem, será mais fácil avançar nos estudos e obter, além da diversidade, também a justiça, tornando a escola um ambiente transformador.

Muitas das dificuldades que os alunos possam vir a passar no seu processo de ensino podem ser mudadas ou até mesmo eliminadas se as escolas reduzirem os obstáculos do conhecimento, visando a participação, sempre diminuindo suas falhas. Na atualidade, sabe-se que não é mais novidade o comportamento discriminatório dentro da unidade escolar, e a comunidade tende a ter esses mesmos atributos. Só o fato de o sistema educacional permitir a entrada ao ensino regular para todos os que possuem alguma deficiência foi um grande avanço na história da educação (OLIVA, 2016).

Quando há, na escola, estudantes com deficiência física ou qualquer outra, a unidade ganha uma experiência enriquecedora, pois entende-se que a instituição escolar requererá uma nova forma de trabalhar e agir, superando, assim, qualquer forma de rejeição que o aluno possa vir a passar (CARBONELL, 2016).

Bill (2017) acrescenta que deve ocorrer uma reorganização das metodologias a serem aplicadas na educação, de modo que elas venham a ser adequadas ao processo de inclusão. Não é preciso fazer com que os alunos que não enxergam, ou que sejam portadores de algum tipo de deficiência visual, se afastem dos demais colegas de sua classe, fazendo com que eles estejam apenas em escolas especiais. Contudo, é fundamental que as escolas regulares estejam preparadas para auxiliarem a esses alunos, com recursos e propostas pedagógicas que sejam adaptados a eles.

No Brasil, a Declaração de Salamanca, de 1994, é apresentada como alicerce centralizador da defesa de que os alunos com deficiência devem dispor da escola de ensino regular, e não somente de lugares específicos para eles. Essa perspectiva inclusiva ocasionou perguntas e desentendimentos em torno da assistência a esse público que refletiram no formato de educação inclusiva adotado no Brasil (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019). Na vasta área da educação e da inclusão, é fundamental que aconteçam mudanças na reorganização do ambiente escolar e dos profissionais

ali envolvidos, para garantir que todos possam obter os direitos garantidos por lei para seu desenvolvimento educacional (DINIZ, 2017).

Por isso, de acordo com Carbonell (2016), a educação inclusiva entende que existem dois princípios fundamentais para que realmente exista a inclusão. O primeiro é a igualdade, pois todos são merecedores dos mesmos direitos e deveres e a instituição educacional vem, por meio deste, comprovar esse ato. O segundo é entender que todos têm sua individualidade e sua história de vida. Ademais, nem todos aprendem da mesma forma e, por isso, a escola deve se adaptar a essas diversidades.

4 Como a intervenção adequada contribui para uma efetiva inclusão

Com o estudo sobre a deficiência visual na educação e seus efeitos na sociedade e na família, percebeu-se a importância de conhecer alguma história real de vivência nessa área. A história relatada a seguir aborda a trajetória de vida de Bob (nome fictício em função da preservação da identidade do entrevistado) na escola, na família e na relação com a sociedade, mostrando como foi seu período escolar, o aprendizado do alfabeto Braille, qual o grau de sua deficiência visual e como ela aconteceu. Todas as palavras registradas foram faladas pelo próprio entrevistado e transcritas para uma melhor compreensão da sua história.

A entrevista ocorreu no dia 16 de outubro de 2020. As perguntas foram feitas pela rede social *WhatsApp*, todas por áudio para o entrevistado, a partir das quais ele também respondia da mesma forma. Bob tem 29 anos e formação em Direito. Atualmente mora na cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, mas é natural de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Quando Bob nasceu, enxergava normalmente, porém, recebeu o diagnóstico de glaucoma congênito. Aos seis anos de idade voltou da escola reclamando de dor e pediu para sua mãe levá-lo ao médico. Estava com uma infecção ocular. O médico encontrava-se em uma cirurgia e bastou uma espera de 30 minutos para que Bob perdesse a visão do olho direito, restando apenas a de seu olho esquerdo. Porém, meses depois, quando estava andando de bicicleta, Bob caiu e o guidão bateu no seu olho esquerdo, gerando um descolamento de retina que o deixou totalmente cego. Ainda assim, passou por 17 cirurgias para tentar reverter o caso, mas não houve

nenhum sucesso. A partir disso, ele se tornou cego B1, que é a terminologia para aquele que é cego sem enxergar absolutamente nada.

Bob conta que a família dele foi um pouco atípica porque, muitas vezes, quando há esse tipo situação irrompe o sentimento de vitimismo, o “coitadinho”. Contudo, em sua casa sempre o trataram como qualquer pessoa que enxergasse. O apoio de sua família, principalmente de sua mãe, foi fundamental para que ele percebesse que sua deficiência não podia limitar seu potencial. Tanto que, ainda no início do quadro, sua mãe buscou apoio com uma orientadora pedagógica. Através de sua orientação, a mãe de Bob conseguiu desenvolver a capacidade de o tratar da mesma forma que às demais pessoas, incentivando-o a realizar os deveres domésticos, igualando-o ao máximo para que, depois, ele fosse enfrentar o mundo lá fora, apesar das dificuldades e discriminações.

Carbonell (2016) argumenta que muitos familiares lutam ainda por uma escola que seja inclusiva, com o objetivo que elas possam receber todo tipo de aluno, seja com deficiências físicas, mentais ou emocionais, para que a inclusão tenha sucesso, inclusive para aqueles que possuem deficiências mais graves.

Sobre sua alfabetização, Bob relata que, desde novo, seu aprendizado foi no alfabeto Braille. No início usou por pouco tempo a “reglete”, que é uma régua que faz punção e vai furando os pontos. No 1º ano do ensino fundamental usava a máquina Braille e, no 5º ano, já utilizava o computador como recurso para seus estudos.

Conforme o aluno vai se adaptando aos equipamentos e usando a tecnologia, nota que ela pode ser de grande utilidade, pois permite que pessoas que tenham deficiência visual, ao utilizar esses equipamentos, obtenham as mesmas oportunidades daqueles que veem. Atualmente há uma diversidade de possibilidades para seu benefício, tais como programas de computador, recursos de voz e teclado adaptado ao Braille (OLIVEIRA; NUNES, 2015).

Em relação aos estudos, o seu 1º ano foi cursado em uma escola pública, do 2º ano ao 7º sua escolarização aconteceu em uma Escola Adventista, e do 8º ano ao 3º ano do ensino médio em outra unidade particular. Em todo esse período, Bob não teve acompanhamento de um 2º professor especializado para trabalhar especificamente com ele em sala de aula. O máximo que aconteceu foi que uma professora que deu aula a ele buscou se especializar e entender o universo da

educação de pessoas com deficiência visual. Ela buscou aprender o Braille e se preparou efetivamente para ensiná-lo.

Algo bem significativo também, que ele gosta de relatar, é que desde o 2º ano teve um amigo que o acompanhava sempre nos momentos de intervalo na escola, e o fazia por gesto de amizade. Bob relata que isso foi muito importante pois o ajudou em sua socialização com outras pessoas. Na verdade, como relatado por ele, não tem como o estudante ficar dependendo 100% da estrutura escolar para isso, pois o aluno acaba ficando isolado. Não havia, para ele, nenhum tipo de adaptação à sua necessidade em aulas especiais como Educação Física, Música, ou qualquer outra disciplina.

Segundo Bob, houve grandes barreiras para seu ensino-aprendizagem: falta de conhecimento dos profissionais envolvidos, desde professores até a administração escolar, uma vez que, na área da inclusão, o conhecimento disponível na época era muito pequeno. O desconhecimento gera ignorância, que é a grande raiz da discriminação. Desse modo, os professores olham para as pessoas com deficiência achando que elas não têm capacidade, que são “vítimas”, “coitadinhos”. Essa atitude dos educadores não possibilita que organizem alguma atividade adaptada, pensando que o aluno não vai saber ou não vai conseguir realizá-la.

A falta de preparo e de planejamento para uma pessoa com deficiência, no geral, impacta muito seu aprendizado e, por isso, acontece a discriminação. Se no início a escola não combate essa discriminação para a inserção da pessoa com deficiência é provável que os colegas endossem esse comportamento, fazendo com que o preconceito seja generalizado e perpetuado. A maioria das pessoas com deficiência visual se inter-relacionam apenas entre si, e isso, logicamente, não tem nada a ver com inclusão social.

Já para Bob, a socialização foi algo que o ajudou muito pois, pelas brincadeiras e pelas conversas, ele se sentia uma criança normal, pois a interação dentro do ambiente escolar é positiva, um benefício que, muitas vezes, é tirado das famílias que têm filhos com deficiência.

No ensino superior, o procedimento não foi muito diferente do que aconteceu no ensino básico. Existia a obrigação da faculdade em providenciar todo o material que seria aplicado pela instituição no alfabeto em Braille, mas não foi o que aconteceu. Para sua surpresa, a faculdade o chamou e fez uma proposta: isentariam 100% nas

mensalidades, desde que não houvesse mais nenhuma responsabilidade com seu estudo, pois a mesma não tinha interesse em se “expandir” nesse setor. Infelizmente são poucas as pessoas com deficiência que chegam ao ensino superior, e as universidades não estão preparadas para receber alunos com deficiência visual.

Todo material acadêmico sempre foi desenvolvido por ele e sua mãe, a qual adquiriu impressora em Braille em sua casa para impressão dos materiais. Mas, em função da tecnologia acabou usando mais o computador, utilizando o Braille para imprimir seus materiais e anotações que fazia pelo notebook em suas aulas. O despreparo, na verdade, é praticamente o mesmo, tanto no ensino fundamental como no ensino superior. Com a informatização e com o aumento da tecnologia, essa distância enorme que existia foi melhorada, pois hoje ele usa sozinho o celular nas mensagens de voz, vídeo e no gerenciamento de redes sociais. Na atualidade, o seu trabalho de investimento é 100% com o uso do computador e do celular, pois a tecnologia diminui essa grande distância que existia entre as pessoas com e sem deficiência.

Há muitos recursos específicos para os indivíduos que possuem baixa visão e àqueles com ausência total da mesma. Alguns dos materiais para pessoas de baixa visão são: a localização de sua carteira na sala de aula, caderno de pauta ampliada, lupa, programas de computador adaptado e com aumento da tela, aumento de textos. Para as pessoas que tem a perda total da visão, os recursos vão de máquina de datilografia, impressora que faz a impressão em forma de Braille, equipamento com aplicativos de voz, sistema operacional DOSVOX, calculadoras com programa de voz que oraliza sobre o resultado obtido, obras de autores em Braille com imagem em alto relevo, entre outros (OLIVA, 2016).

As vantagens que o computador pode trazer são inúmeras, passando pelo programa de voz que auxilia na digitação de textos e pelos sintetizadores de voz que têm a possibilidade da transcrição para o Braille, criando oportunidades para a utilização da tecnologia por pessoas que apresentam deficiência visual (OLIVEIRA; NUNES, 2015).

Para Bob, um dos conselhos que ele deixa para os professores é que a busca pelo conhecimento deve ser contínua, pois, o aprendizado é um bem de valor inestimável. Conhecendo e entendendo que as pessoas com qualquer tipo de deficiência têm total capacidade de desenvolver todas as suas potencialidades, já é

possível a quebra de muitos estereótipos acerca da inclusão. O que realmente deve ocorrer é a adequação, a criatividade e a vontade de fazer a diferença na vida daquele aluno, independente das dificuldades. A respeito, Neves, Rahme, Ferreira postulam que:

Para tal, devendo-se assegurar: que estas pessoas não sejam excluídas do sistema educacional sob alegação de deficiência, em todas as suas etapas de vida; o acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem; o acesso às adaptações pertinentes às necessidades individuais, bem como o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional, de modo a maximizar o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena (NEVES, RAHME, FERREIRA; 2019, p. 4).

Mesmo diante de todos os recursos que a tecnologia possa oferecer, uma das formas mais importantes para que a inclusão aconteça é a atuação do professor, o que pode ser feito com atividades de socialização, integração e a interação com outros colegas da turma (OLIVA, 2016).

5 Considerações Finais

O contexto da inclusão na área da educação é apresentado nas leis, nos diversos estudos encontrados, demonstrando que a busca pela inclusão nas escolas alcança aos alunos público-alvo da educação especial. Porém, na realidade ficou demonstrado que ainda estamos diante de um grande desafio. No papel ou nos discursos, a inclusão de deficientes visuais parece perfeita, mas há muita coisa a ser melhorada.

O trabalho educacional não é realizado sozinho: depende de ações do governo, das escolas, da família e da sociedade. A falta de incentivo governamental faz com que as escolas públicas não consigam suprir a necessidades desses alunos. Para incluí-los é fundamental começar desde o ambiente familiar, em conjunto com a sociedade, a administração educacional, os professores regentes do ensino fundamental e os professores especializados para o acompanhamento desse aluno na sala de aula.

Algo positivo que foi encontrado no estudo é a quantidade de materiais, tanto tecnológicos como pedagógicos, para o auxílio desses educandos em seus estudos,

identificando como isso faz com eles possam desenvolver mais sua independência para a realização das atividades.

Esse trabalho buscou contribuir com a reflexão de que é fundamental que os professores busquem formas diferenciadas, com as quais possam trabalhar nas escolas, considerando o tempo de aprendizado de cada aluno, incentivando o ensino, a localização de sua carteira na sala de aula, o uso correto dos programas de computadores e o uso do teclado adaptado ao Braille. O profissional de educação especializado que acompanha o seu educando necessita ensinar o Braille corretamente e fazer com que ele use objetos concretos para que consiga elaborar possibilidades de aprendizado e aumentar seu repertório.

Para que haja a socialização adequada com os demais colegas de turma, é necessário que aconteça uma mudança pessoal, sabendo que é importante e necessário conviver e respeitar todas as pessoas, independentemente de suas diferenças de cor, sexo, cultura, formas e jeitos, porque, querendo ou não, todos temos dificuldades e limites, e este aprendizado também parte da escola e do exemplo que o professor demonstra em sala de aula.

A grande lição que Bob aprendeu em sua vida é que todas as pessoas possuem limitações, e nós não podemos ignorar esse fato, basta cada um aprender a lidar com suas dificuldades. Aos docentes é necessário que elaborem atividades em classe de forma mais integrativa e colaborativa, para que todos possam estudar e aprender da melhor forma possível e que, assim, o aprendizado seja alcançado. Bob e sua família sempre tiveram que buscar soluções aos problemas que foram aparecendo em cada etapa de sua vida escolar. Muitas pessoas que enxergam às vezes não veem as oportunidades que ele vê. A deficiência não é uma limitação a ponto de impedir oportunidades: basta conquistar seu espaço, mostrar suas capacidades, encarar a vida de frente.

A facilidade ou dificuldade está em cada um, seja professor, aluno ou familiar. Superar a incapacidade de organizar um ambiente de aprendizagem e de socialização para receber um aluno com deficiência visual depende de cada docente exposto a este tipo de situação. Superar a incapacidade da escola em acolher um aluno nestas condições vai depender da instituição, em seu movimento de contribuir para uma sociedade mais inclusiva.

Superar a incapacidade da sociedade de criar um mundo mais justo e inclusivo talvez seja a tarefa mais árdua, pois como afirmou Helen Keller, escritora americana: “a ciência poderá ter encontrado a cura para a maioria dos males, mas não achou ainda o remédio para o pior de todos: a apatia dos seres humanos”.

Referências

BENTO, António. Como fazer uma revisão da literatura: considerações teóricas e práticas. **Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira)**. Madeira, v. 7, n. 65, p. 42-44, 2012.

BILL, Leomir Barbosa. **Educação das pessoas com deficiência visual: uma forma de enxergar**. Curitiba: Appris Editora e Livraria Eireli – ME, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/38dBExB>. Acesso em: 30.out.2020.

BRASIL. **Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005**. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Disponível em: <https://bit.ly/2JElq5g>. Acesso em: 30.out.2020.

BRASIL. **Portaria Mec. nº 554/2000**. Aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille. Disponível em: <https://bit.ly/3k2AQ0P>. Acesso em: 30.out.2020.

BRASIL. **Portaria Mec. nº 319/1999**. Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial / SEESP, a Comissão Brasileira de Braille. Disponível em: <https://bit.ly/3evdkZh>. Acesso em: 30.out.2020.

CARBONELL, Jaume. **Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2016.

CARVALHO, Marcos Fialho *et. al.* **Da reglete ao Braille fácil - uma breve história do desenvolvimento tecnológico do Braille no Brasil**. Trajetórias da informática na América Latina e Caribe: Autonomias, (IN) Dependências e muitas outras histórias. Rio de Janeiro, p. 119, 2019.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. v. 13, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/32L5tIF>. Acesso em: 15.nov.2020.

DINIZ, Margareth. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas. Avanços e desafios. **Autêntica**, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/350xHdJ>. Acesso em: 14.out.2020.

DIONÍSIO, Ana Maria Pereira; VECTORE, Celia. Intervenção mediacional na aprendizagem do Braille: um estudo com crianças deficientes visuais. **Psicologia Escolar e Educacional**. Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 549-560, 2017.

FERNANDES, Lenita Maria dos Santos; SILVA, Cíntia Paixão da; DANTAS, Renata Silva. O acesso e a assistência a pessoa com deficiência visual na UFRN. **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36nICic>. Acesso em: 15.nov.2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de educação especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. **Educação & Realidade**. v. 44, n. 1, 2019.

OLIVA, Diana Villac. Barreiras e recursos à aprendizagem e à participação de alunos em situação de inclusão. **Psicologia USP**. São Paulo, v. 27, n. 3, p. 492-502, 2016.

OLIVEIRA, Cassandra Melo; NUNES, Carlos Henrique Sancineto da Silva. Instrumentos para avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual: Tecnologias para desenvolvimento e adaptação. **Psicologia Ciência e Profissão**. v. 35, n. 3, p. 886-899, 2015.

PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza. **Das intenções à formação docente para a inclusão**. Curitiba: Appris Editora e Livraria Eireli – ME, 2017.

RAIMUNDO, Elaine Alves. **Contextos históricos, políticos e legais da educação especial**. São Paulo: Senac, 2020.

SOUZA, Ivan Vale de. **Educação inclusiva no Brasil: deficiência visual e tecnologias**. (Vol. 3). São Paulo: Paco e Littera, 2020.

Artigo recebido em: 18/04/2021.

Artigo aprovado em: 06/07/2021.